

MINAS GERAIS

Do Presídio de Carlos Chagas I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para exame de cessação de periculosidade:

Heli Alves Lima do Nascimento - 23088	Carlos Chagas
---------------------------------------	---------------

Do Presídio de Teófilo Otoni I, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para cumprimento de medida de segurança:

Mauricio Rainer de Oliveira - 509384	Teófilo Otoni
--------------------------------------	---------------

Da Penitenciária de Unai – Agostinho de Oliveira Júnior, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para cumprimento de medida de segurança:

Delio Antunes Gonçalves - 612965	Belo Horizonte
Wellerson Caetano Lopes - 28460	Belo Horizonte

Do Presídio de Itajubá I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para exame de sanidade mental:

Leonardo da Silva Maciel - 963321	Caxambu
-----------------------------------	---------

Do Presídio de Itajubá I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para exame de cessação de periculosidade:

Roger Henrique da Silva - 95519	Ribeirão das Neves
---------------------------------	--------------------

Do Presídio de Pouso Alegre I, para o Hospital de Custódia de Tratamento Psiquiátrico de Barbacena I - Jorge Vaz, para cumprimento de medida de segurança:

Benedito Sandro Pedro - 265158	Belo Horizonte
--------------------------------	----------------

Retificar a autorização de transferência, para exame de dependência toxicológica, publicada no Diário Oficial do dia 06/09/2022,

Onde se lê:

Para exame de dependência toxicológica:

Antonio Carlos Rodrigues de Paula - 409145	Juiz de Fora
--	--------------

Leia-se:

Para exame de dependência toxicológica, sanidade mental e tratamento psiquiátrico temporário:

Antonio Carlos R. de Paula - 409145	Juiz de Fora
-------------------------------------	--------------

A Unidade Prisional poderá imediatamente efetivar a transferência, após tomar conhecimento da autorização, via Despacho SEI, contudo, o prazo de validade do Despacho, NÃO poderá exceder o prazo de 20 dias a contar da publicação no jornal de Minas Gerais. Não ocorrendo a apresentação dos custodiados nos estabelecimentos prisionais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas, conforme estabelecido no Memorando-Circular nº 2/2021/SEJUSP/SGVC.

Em caso de descumprimento dos prazos estipulados será passível de ser reconhecida possível desobediência de ordem legal e o servidor responsabilizado por crime de improbidade administrativa, nos termos do Art. 11, Inc. I e II, Lei 8429/92, salvo, mediante prévia e fundamentada justificativa.

Superintendência de Gestão de Vagas, Belo Horizonte, aos 13 de Setembro de 2022. Leonardo Mattos Alves Badaró Superintendente	12 1687835 - 1
--	----------------

ATO Nº 583 /2022 - TORNA SEM EFEITO PROGRESSÃO NA CARREIRA.

Torna sem efeito na Resolução SEJUSP Nº 221, de 01 de Abril de 2022, publicada em 02 de Abril de 2022, que dispõe sobre Progressão na carreira, a parte referente ao servidor Bruno Dias - MASP: 1379923.4, por motivo de concessão de Promoção por Escolaridade Adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº5001467-50.2020.8.13.0143.

Belo Horizonte, 12 de Setembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ATO Nº 582/2022 - TORNA SEM EFEITO PROGRESSÃO NA CARREIRA.

Torna sem efeito na Resolução SEJUSP Nº 220, de 01 de Abril de 2022, publicada em 02 de Abril de 2022, que dispõe sobre Progressão na carreira, a parte referente a servidora Paola Lilian Pereira Novais - MASP: 1247118.1, em virtude de concessão de Promoção por Escolaridade Adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº 0308832-58.2018.8.13.0105.

Belo Horizonte, 12 de Setembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

12 1687863 - 1
----------------

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 085/2021, Douglas Queiroz da Silva, conforme PORTARIA/NUCAD/ CSet - SEJUSP/PDS Nº 085/2021, publicada na Minas Gerais de 25 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único, da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, pelo prazo de oito dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada nas dependências do NUCAD REGIONAL da 10ª Risp, em Carmo do Paranaíba-MG, na Rua Capitão Francisco Antônio de Moraes S/N, CEP 38840-000, nos dias úteis, das 08h00min às 17h00min, telefone (34) 99765-2925, no prazo de 10 dias, a contar do oitavo e último dia de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam ilícitos administrativos, por suposta omissão no dever garantidor da integridade física do preso, ao em tese, ser condescendente com as possíveis agressões praticadas pelo prestador de serviços Fernando, em face do detento Tiago dos Santos Chagas Infopen 229.964, no dia 13/11/2015, assegurando que a prática ilícita se consumasse, conduzta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no art. 250, inciso IV, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c os artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019, sob pena de REVELIA: LUCIANO JOSE DA SILVA - MASP: 1.188.545-6 – PROCESSADO NO PDS 085/2021.

Carmo do Paranaíba, 06 de setembro de 2022.

Douglas Queiroz da Silva  
Masp 1.378.233-9  
Presidente de Comissão

06 1685576 - 1
----------------

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar do nº 073/2019, Juliana Gonçalves Cherin, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP - SUBSTITUIÇÃO Nº 038/2020, publicada na Minas Gerais de 11 de setembro de 2022, tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, ex prestador de serviços Jean Carlos Peres, Masp: 1.322.540-4, para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na rua A, nº 55, praça Governador Magalhães Pinto, bairro Fabricio, na cidade

de Uberaba MG, CEP: 38065-470, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, endereço eletrônico: corregedoria.regional5risp@gmail.com, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduzta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto nos artigos 216, 245, caput e parágrafo único, e 246 e 250, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeitos a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c artigos 12 do Decreto nº 18.182/2009; sob pena de REVELIA e designação de defensor “ex-ofício”

Uberaba, 22 de agosto de 2022.

Juliana Gonçalves Cherin  
Masp: 1.377.979-8  
Presidente de Comissão

02 1684183 - 1
----------------

EDITAL DE CHAMAMENTO

PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO DE VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE

A Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente-CRVPI, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais – Criada pela RESOLUÇÃO SEJUSP nº107, de 03 de maio de 2020, em cumprimento ao §2º, artigo 8º da Resolução SEPLAG 37, CONVOCA E CITA durante 08 (oito) dias consecutivos, os processados abaixo relacionados: Geraldo Lúcio Firmo dos Santos, MASP 1172184-2; Kleber Fernandes Alves, MASP 1248755-9; Isaac Jardim Ornelas, MASP 1131877-1; Jacqueline Magna Nogueira, MASP 1244570-6; Marcelo Costa Campos, MASP 1174038-8; Maira de Azevedo Moraes, MASP 1218419-8; Elielson Raimundo da Silva, MASP 1156715-3; Edson Anastácio Pacheco, MASP 1173935-6; Marco Aurélio Dutra Correia, MASP 1247103-3; Marcelo Batista de Assis, MASP 1195679-4; Rodrigo Junio Martins, MASP 1249672-5; Rafael Lara Mazoni Andrade, MASP 753060-3; Welington Carvalho de Jesus, MASP 1078130-0; Ângelo Antônio Pinto, MASP 1250622-6; Silvio Leandro Pinto, MASP 1195524-2; Cassia Maria Barbosa, MASP 0379019-3; Marcia de Jesus Rosa, MASP 0281121-4; Gladly Helena do Nascimento Coelho e Souza, MASP 0374306-9; Flavia de Paula Duque Brasil, MASP 0260882-6; Celina de Fatima Teixeira de Oliveira, MASP 0373758-2; Lenice Alves Faria MASP 0827009-2; Sandra Mara de Araujo Pereira MASP 0262195-1; Lilian Regina Gomes Guerra Lemos MASP 0386968-2. No prazo de 10 dias a contar da data da 8ª publicação deste edital no Diário Oficial de Minas Gerais, os processados deverão manifestar-se pessoalmente ou por meio de procurador perante a CRVPI, no horário de 10:30 às 17:00 horas, na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, edifício Minas 5º andar, Av Papa João Paulo II, nº 4.143, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, afim de tomar conhecimento de seu Processo Administrativo, acompanhar sua tramitação e apresentar defesa para os fatos a ele atribuído que caracterizam em tese, recebimento de valores pagos indevidamente, estando sujeito a penalidades legais previstas no art. 46 do Decreto 46.668/2014, sob pena de revelia.

Leonardo Bráulio Ferreira Nogueira  
Presidente da Comissão para Recuperação de Valores Pagos Indevidamente

09 1687184 - 1
----------------

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MaSP 1082670-9, Fernando de Melo Simeao, referente ao cargo Efetivo Agente de Segurança Penitenciária, do Presídio Professor Jacy de Assis, para aDiretoria Regional da09ª RISP, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº1450.01.0046590/2022-28.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, assessoria:

MaSP 1388277-4, Enilda Moreira Chaves Maciel, referente ao cargo Efetivo Analista Executivo de Defesa Social- Assistente Social, do Centro Socioeducativo Ribeirão das Neves, para o Centro de Apoio Medico e Pericial, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº1450.01.0121375/2022-82.

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2022.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

12 1687803 - 1
----------------

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº Nº 005/2022, Senhora Sheila Santos Osman, Masp: 1.196.188-5, instaurada pela Portaria nº PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 005/2022, emitida pela Sr. Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e publicado em 16/02/2022, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 08 (oito) dias, o processado abaixo relacionados para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada à Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, situada à Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 – Prédio Minas - 3º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/ MG – CEP: 31.630-901, no horário de 09:00 às 12:00 horas e de 13:30 às 16:00 horas. Em decorrência da situação de emergência em Saúde Pública no Estado, causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), informamos que estamos em Regime Parcial de Teletrabalho e preferencialmente deverá ser realizado prévio contato, através de telefone (31) 98809-0464 Sheila Santos Osman ou 31-973028844 Welington Lopes Almeida (Whatsapp) e/ou pelo correio eletrônico da comissão: através do e-mail comissao07nucad@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da 8ª (oitava) publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, apresentar certificado de conclusão de ensino médio não autêntico para ingresso no cargo de Agente de Segurança Penitenciário, para preencher os requisitos necessários para investidura no cargo, conduzta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 250, inciso II, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou VI do referido Diploma Legal c/c os artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019, sob pena de REVELIA, em face do ex - prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, FELIPE DUPIM DA SILVA - MaSP 1.352.172-9– PROCESSADO NO PDS 005/2022.

Belo Horizonte 01 de setembro de 2022

Sheila Santos Osman  
MASP 1.196.188-5  
Presidente de Comissão

01 1684047 - 1
----------------

DIÁRIO DO EXECUTIVO

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Município de São Tomás de Aquino, Estação de tratamento de esgoto sanitário, São Tomás de Aquino/MG, PA nº 3383/2022, Classe 2.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais Copasa MG, Estação de tratamento de água para abastecimento, Guaxupé/MG, Processo nº 3301/2022; 2) Loteamento Flamboyant Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, Soledade de Minas/ MG, Processo nº 3317/2022; 3) Posto Dois Irmãos Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos fluantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Carvalhos/MG, Processo nº 3316/2022; 4) Agilog Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Itajubá/MG, Processo nº 3333/2022; 5) Ilson Marques Bueno & Cia Ltda., Fabricação de aguardente, Juruia/MG, Processo nº 3336/2022; 6) Agro Indústria Brasil Ltda., Formulação industrial de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais, inclusive moagem de grãos, com finalidade comercial, Boa Esperança/ MG, Processo nº 3334/2022; 7) Laticínios Aveiros Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Cambuquira/MG, Processo nº 3337/2022; 8) Paulo Roberto da Silva Júnior - Serviços, Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos, Cristina/MG, Processo nº 3335/2022; 9) Jordane Cruz, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ ou verniz, Santa Cruz de Minas/MG, Processo nº 3353/2022.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

12 1687853 - 1
----------------

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado para adequação de empreendimento à Legislação Ambiental: 1) Actech Alumina Chemical Technology Ltda. - Metalurgia dos metais não-ferrosos em formas primárias, inclusive metais, Barragem de contenção de resíduos industriais e Pilhas de rejeito/estéril - Ouro Preto/MG. Vigência: 12 (doze meses), a partir da data de sua assinatura: 12/09/2022, prorrogáveis por igual período.

(a) Rodrigo Ribas, Superintendente de Projetos Prioritários.

12 1687939 - 1
----------------

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: LAS RAS: 1) Mineração Guimarêns Ltda. -ME/Fazenda Caquente - Matric 27.829, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, Igaratinga/MG, Processo nº 3370/2022, ANM 831.150/2011, Classe 3.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado: IGOR EDUARDO PERRELLA AMARAL COSTA, CPF sob o n. 109.517.916-05, empreendimento Fazenda Guará I, matrículas n. 7.453, 7.454 e 7.455. Atividade: G-02-04-6 Suinocultura (21.000 cabeças); G-02-07-0 Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (área de pastagem 1555 ha); e G-01-03-1 Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura (área útil 380 ha), resultando dessa forma em um empreendimento classe 4 – LACI - LOC. Pedido realizado via SEI n. 1370.01.0004016/2021-90. 1º aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC/ASF/02/2022. Vigência: 12 (doze) meses, contados da publicação, data da assinatura: 09/09/2022.

Sra. Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foi CANCELADA a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada: Extração de areia olhos d’água Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil- Leandro Ferreira/MG - Protocolo n: 21753481/2018. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco, torna público que foi apresentado Recurso Administrativo em face do arquivamento do requerimento de Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, cuja decisão foi a seguinte:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante LAC2 (LP+LI): Prefeitura Municipal de Luz – Barragem do Córrego da Velha; Barragem de acumulação de água para abastecimento público, industrial e na mineração ou para perenização – Luz/MG. PA/COPAM/Nº 00380/2019/001/2019. Classe 4. Motivo: Recurso não conhecido.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Formula Artesanal Industria de Cosméticos LTDA., Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, Divinópolis/MG, Processo nº 3373/2022, Classe 2, com validade até 09/09/2032.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: LAS RAS: 1) Fazendas do Barreiro Empreendimentos Imobiliários - SPE Ltda., Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares, São Gonçalo do Pará/MG, Processo nº 2980/2022, Classe 3. Motivo: Impossibilidade técnica.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

TERÇA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2022 – 11

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

LAS RAS: 1) Extração de Areia Olhos D’Agua Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Leandro Ferreira/MG e Bom Despacho/MG, Processo nº 3386/2022, ANM 830.694/2010, Classe 3. 2) Willian Douglas Humia Menezes/Fazenda Araras de Baixo, Suinocultura e Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo Córrego Danta/MG, Processo nº 3390/2022, Classe 3.

(a) Kamila Esteves Leal, Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

12 1687864 - 1
----------------

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência e/ou compartilhamento de responsabilidade da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo de solicitação: Licença Ambiental Simplificada – LAS Cadastro; Empreendimento: Auto Posto Serra do Brigadeiro Ltda (CNPJ 10.920.756/0001-02), Atividade Principal: Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos fluantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação; Município: Miradouro/MG, PA nº 35728192/2018, Válida até 30/10/2028 – Para: Auto Posto Soares e Rocha Ltda (CNPJ 39.877.715/0001-62).

(a) Dorgival da Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

12 1687933 - 1
----------------

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado:

\*Minérios e jazidas Minerais FME Ltda. / Fazenda Wigg - CNPJ: 15.792.276/0001-27 - Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo - Ouro Preto/MG - Processo Nº 1370.01.0061650/2021-46: em 30/08/2022.

(a) Daniel dos Santos Gonçalves - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

12 1687904 - 1
----------------

## Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF Nº70 DE 12 DE SETEMBRO DE 2022

Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Acauã.

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020 com base na Lei Estadual nº. 21.972, de 21 de janeiro de 2016, bem como, Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, com base na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2012, e Portaria IEF nº 18, de 16 de março de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Acauã, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º – Para efeitos desta Portaria entende-se:

I - Membro: entidade, órgão ou instituição que representa determinado segmento no conselho;

II - Representante: pessoa indicada por órgão ou instituição que represente um segmento do conselho;

III - Urgência: situações em que não se pode esperar por uma reunião do Conselho para que seja tomada uma medida. O plenário avaliará os pedidos de urgência para verificar sua pertinência;

IV - Ad Referendum: sujeito à aprovação ou referendo do Plenário.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2022 .

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora Geral do IEF

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO

CONSELHO CONSULTIVO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ACAUÃ

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Acauã.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente documento tem por objetivo estabelecer o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Acauã, estabelecendo, assim, todas as normas e procedimentos a serem respeitados no âmbito de atuação do referido Conselho.

Art. 2º - O Conselho de Unidade de Conservação é regido pelas disposições constantes da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto Federal Nº.: 4340, de 22 de agosto de 2002, pelo presente Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 3º - O Conselho tem por finalidade auxiliar o Órgão Gestor da Unidade de Conservação na nobre tarefa de implementá-la, competindo-lhe propor diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento.

Parágrafo único. As pautas, atas e decisões das reuniões de Conselho deverão ser publicadas, tanto no quadro de avisos da Unidade de Conservação, bem como no site oficial do Instituto Estadual de Florestas – IEF, podendo ser disponibilizadas, ainda, nos veículos de comunicação próprios da Unidade.

Art. 4º - São atos do Conselho:

I - Diretiva: quando se tratar de estabelecimento de orientações gerais para elaboração e revisão das normas regulamentares do próprio Conselho;

II - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação;

III - Moção: quando se tratar de matéria dirigida ao Poder Público e/ ou à sociedade civil em caráter de alerta, reivindicação, comunicação honrosa ou pesaroa;

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

SEÇÃO I

DA ESTRUTURA

Art. 5º - O Conselho tem a seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Plenário;

III – Grupos de Trabalho, tais como:

a) Elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do Plano de Manejo;

b) Uso Público;

c) Zona de Amortecimento;

d) Educação Ambiental;

e) Pesquisa Científica/Proteção à Biodiversidade;

f) Elaboração de Plano de Trabalho de Compensação Ambiental;

g) Outros

IV - Secretaria Executiva.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202209122322500111.